

INCLUSÃO SOCIAL: UM COMPARATIVO ENTRE ESCOLAS PÚBLICAS E PARTICULARES DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP

XI INIC / VII EPG - UNIVAP 2007

Cícera K. N. Silva¹, Letícia R. Cabral², Prof^a Dra. Patrícia M. D. Zácara³

¹ Universidade do Vale do Paraíba/Faculdade de Educação, Curso de Educação Física, keilasjc1@hotmail.com

² Universidade do Vale do Paraíba/Faculdade de Educação, Curso de Educação Física, leticia.lrc@ig.com.br

³ Universidade do Vale do Paraíba/Faculdade de Educação, Curso de Educação Física, patricia@univap.br

Resumo- O presente trabalho é fruto de uma questão que vem sendo amplamente discutida há décadas – Inclusão Social, mas o que se vê é que a grande maioria desses alunos continua fora da escola. Pesquisamos e analisamos de forma comparativa a Inclusão Social em escolas públicas e particulares. O que podemos notar é que se trata de um assunto que necessita de maior atenção e empenho por parte dos governos Federal e Estadual. Nossa preocupação com a pesquisa foi comparar se as escolas estão públicas e particulares estão preparadas para receber uma criança portadora de necessidades educativas especiais, tanto psicologicamente como fisicamente. Se ambas quebraram a barreira que por tanto tempo segregou essas crianças em suas residências e em instituições particulares, privando-as de desenvolverem atividades físicas, sócio-culturais e afetivas com as demais crianças.

Palavras-chave: Inclusão social, alunos com necessidades especiais, educação física.

Área do Conhecimento: Ciências da Saúde

Introdução

A inclusão está presente nos dias de hoje estimulando a presença de pessoas com necessidades educativas especiais nas escolas regulares tanto públicas quanto particulares. Isso implica na convivência dessas pessoas durante as aulas, brincando no recreio e fazendo aulas de educação física. As pessoas com necessidades educativas especiais ainda carregam o mito de serem diferentes. O que elas acarretam, porém, não é nada além da quebra da estabilidade, pois as aulas não serão mais as mesmas de anos atrás, elas deverão ser repensadas e reformuladas para atender a todos os alunos, não apenas àqueles que se adequam ao sistema de ensino que preconiza o enquadramento do aluno no modo do professor dar aula. Hoje em dia se busca a adaptação das aulas montadas para atender os alunos dentro de suas dificuldades. (Araújo e Salerno, 2006).

No ano de 1974 o Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp), substituído pela Secretaria de Educação Especial (Sespe), atualmente COEE (Coordenação de Educação Especial) e Seneb (Secretaria Nacional de Educação Básica), que definiu:

“A excepcionalidade incluiria os deficientes da visão (cegos/parcialmente cegos), os deficientes da audição (surdos/parcialmente surdos), os deficientes físicos (não-sensoriais), os deficientes mentais (educáveis, treináveis, dependentes), os portadores de deficiência múltipla, os portadores

de problemas de conduta e os superdotados ou talentosos”. (Brasil, 1974).

Segundo Ribas (1983) o termo “pessoa deficiente” refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais.

Segundo o artigo 3º do Decreto 3298 de dezembro de 1999, o qual regulamenta a lei 7853/1989, considera-se deficiência a perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade dentro do padrão considerado normal para o ser humano. A deficiência permanente é aquela que não permite recuperação ou alteração apesar do aparecimento de novos tratamentos, por já ter corrido tempo suficiente para a sua consolidação.

O artigo 4º do referido decreto enumera as categorias em que se enquadram os portadores de deficiências, quais sejam: a)-Deficiente físico: é o portador de alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física; b)-Deficiente auditivo: o acometido de perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras; c)-Deficiente visual: aquele que possui diminuição da acuidade visual, redução do campo visual ou ambas as situações; d)-Deficiente mental: aquele cujo funcionamento intelectual é significativamente inferior à média, sendo esta

manifestação presente desde antes dos dezoito anos de idade e associada a limitações em duas ou mais áreas de habilidades adaptativas (comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho); e)-Deficiência múltipla: quando ocorrem associações de duas ou mais deficiências.

A mudança da nomenclatura “alunos excepcionais” para “alunos com necessidades educacionais especiais” ocorreu em 1986 pela Portaria CENESP/MEC n. 69. Essa troca de nomenclatura, contudo, nada significou na interpretação das pessoas sobre os quadros de deficiência e, mesmo, na inclusão dos alunos nas escolas. (BRASIL, 1986).

A Inclusão Social não deve apenas se resumir a colocar os alunos no espaço físico da escola. Devemos ter um olhar abrangente para uma série de itens que não podem ser descartados como: materiais, placas sinalizadoras, rampas de acesso, banheiros e outros. E quando pensamos que isso é o suficiente ainda há o lado profissional – capacitar professores para educar essas crianças de acordo com suas capacidades e não de acordo com suas limitações.

Materiais e Métodos

Nosso trabalho tem como base uma Pesquisa do tipo Descritiva e seu desenvolvimento foi realizado através da aplicação de um questionário que traça o perfil do tema proposto.

Foram avaliadas 8 escolas, sendo 4 de ensino particular e 4 de ensino público. Em todas foi entregue Carta de Apresentação e cada escola participante recebeu e assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A direção de cada escola respondeu um questionário que procurou identificar, através de questões diretas, o atual perfil da Inclusão Social em diferentes ambientes escolares.

O primeiro contato com as escolas participantes foi via telefone para nos certificarmos se a direção estaria presente para responder o questionário.

O segundo contato foi na própria escola tendo em mãos a Carta de Apresentação, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Questionário.

Mostrada a carta à direção da escola, esclarecemos que nossa visita era objeto de estudo em trabalho de pesquisa e que sua participação seria de grande contribuição para melhorias na nossa rede de ensino, independente de ser pública ou particular.

Resultados

Os itens observados nas escolas foram:

1. conta-se com estagiário de educação física,
2. possui alunos com alguma deficiência,
3. já encaminhou alunos PNE por não poder atender suas necessidades,
4. os professores possuem capacitação para educar portadores (vídeos, livros e treinamentos),
5. se há alunos portadores eles: brincam com os demais,
6. a escola está equipada para atender as necessidades do aluno portador.

Esses itens enumerados podem ser vistos respectivamente na Tabela 1 e 2, apresentada a seguir:

Tabela 1- Escolas Públicas

Escola	1	2	3	4	5	6
E1	N	S	N	S	S	S
E2	N	S	N	N	S	S
E3	S	S	N	S	S	S
E4	S	S	N	S	N	S

Legenda: N (não) S (sim)

Tabela 2- Escolas Particulares

Escola	1	2	3	4	5	6
E1	S	N	S	N	-	N
E2	N	S	S	N	S	N
E3	N	N	N	N	-	-
E4	N	S	N	N	S	N

Legenda: N (não) S (sim)

Discussão

Comparando a Tabela 1 e 2 temos: Escolas Públicas – Das 4, duas contam com estagiários. Todas possuem alunos portadores. Nenhuma delas teve que encaminhar alunos para outras escolas. Somente em uma não possui professor capacitado e os alunos portadores não brincam com os demais. Porém, todas elas estão equipadas para atender alunos portadores de necessidades educativas especiais.

O resultado acima se encaixa no artigo 208 da nossa Constituição, que fica assegurado o atendimento especializado aos portadores de deficiências, preferivelmente na rede regular de ensino. (Brasil, 1988).

Escolas Particulares – somente uma possui estagiário. Duas possuem alunos portadores e as outras tiveram que enviar alunos para outras escolas. Nas escolas com alunos portadores eles brincam com os demais alunos. Nenhuma possui professor capacitado e nem está equipada para atender a alunos portadores.

O resultado das escolas particulares já se aproxima do que manifestou Januzzi (1985), sobre quem deveria educar as crianças portadoras de deficiências, ela destaca que os anormais e os incompletos deveriam ficar sob cuidados médicos diretamente e, se necessário, auxiliados por pedagogos.

Dentro dessa discussão nos preocupa o resultado referente às escolas particulares que, não possuem profissionais qualificados e não estão preparadas para atender alunos portadores. O mais grave é que há alunos que necessitam dessa qualificação por parte dos profissionais e de um ambiente que lhes permita fácil acesso e excelência na aprendizagem. No início apenas entidades particulares atendiam esses alunos. Hoje temos uma expansão até as redes públicas o que já nos tranquiliza, porém, ainda há muito por fazer. Deve-se qualificar cada vez mais nossos professores, facilitar o acesso nas escolas (rampas, banheiros, sinalizações, materiais de ensino, computadores), atividades integrativas buscando melhor socialização e banindo o preconceito da sociedade. A interrogação que fica é por que as escolas particulares não buscam se equipar para atender a esses alunos e capacitar seus professores?

Conclusão

Concluimos que as escolas públicas participantes estão mais preparadas para receber os alunos portadores de necessidades educativas especiais. Mesmo sendo mantidas por recursos estaduais e municipais, as mesmas qualificam seus profissionais e preparam a escola (infra-estrutura) para atender o aluno portador. Para nós futuras educadoras, toda instituição de ensino deve se preparar para receber esse aluno seja ela pública ou particular. Só o fato de encaminhar o aluno à outra instituição já pode desencadear uma série de traumas como a própria evasão. O aluno deve sentir que a sociedade e a escola jamais lhe darão as costas. Só o fato de encaminhar o aluno à outra instituição já pode desencadear uma série de traumas.

Referências

ARAÚJO, F. Paulo; SALERNO, B. Marina. Interação nas aulas de Educação Física: a construção de um novo conviver. Revista Digital - Buenos Aires - Ano 11 - Nº 102 - Novembro de 2006. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd102/interac.htm>. Acesso em 15 Maio 2007

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, artigo 208, Título III. Brasília, 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Portaria CENESP/MEC n. 69, Brasília, 1986.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Diretrizes básicas para ação do Centro Nacional de Educação Especial. Brasília, MEC/CENESP, 1974

DECRETO nº 3298 de 20 de dezembro de 1999 Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/D3298.htm>. Acesso em: 27 Julho 2007

JANUZZI, Gilberta. A luta pela educação do deficiente mental no Brasil. São Paulo: Cortez, 1985. p. 19.

RIBAS, João B. C. O que são pessoas deficientes? São Paulo: Brasiliense, 1983. P. 10.